



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000240-47.2015.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Maria Eunice de Jesus**  
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Trata-se de ação de repetição do indébito c/c indenização por danos morais promovida por **Maria Eunice de Jesus** em face de **Telefônica Brasil S/A**. A requerente aduz, em síntese que, por erro, pagou duas vezes o mesmo débito, mas não foi atendida pela ré quando postulou a devolução. Pede a restituição do indébito em dobro e a condenação da ré em pagar-lhe quantia equivalente a 20 salários mínimos por danos morais.

Deferida AJG (fls. 24).

Citada (fls. 26), a requerida apresentou contestação sustentando devolução oportuna e inoccorrência de danos morais.

Houve réplica (fls. 78/79).

Instadas (fl. 80) requerida demonstrou desinteresse na produção de provas (fls. 83). Silente a autora (fls. 84).

É o relatório. Fundamento e DECIDO.

O julgamento antecipado está autorizado pelo artigo 355, I, do Código de Processo Civil, bem assim diante do desinteresse das partes na produção de provas, direito que declaro precluso.

Incontroverso o pagamento de parcela quitada, a requerida não se desincumbiu do ônus de provar a restituição correspondente, tendo em vista a inversão do ônus da prova aplicável à hipótese dos autos, nos termos do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor.

No entanto, a restituição deve ser simples haja vista o pagamento de parcela indevida ter decorrido de equívoco da própria autora, situação diversa da regulamentada pelo artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

No que tange ao pedido de danos morais, os fatos relatados na peça inaugural são insuficientes para gerar o direito à indenização postulada.

Entendo que os acontecimentos narrados nos autos não são aptos a constituir dano moral a merecer a correspondente indenização, sobretudo considerando-se aquilo que ordinariamente acontece.

O aborrecimento por que passou a autora não configura humilhação, constrangimento ou dor moral a ser indenizada.

Saliente-se que meros percalços não geram o dever de indenizar. No caso, não houve a perturbação ou humilhação protegidas legalmente e aptas a gerar indenização.

Já decidiu o Superior Tribunal de Justiça o que segue: “*só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente ao comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral*” (REsp nº 215.666-RJ, 4ª T., Rel. Min. César Asfor Rocha – grifo nosso).

Desse modo, sob pena de banalização em face dos fatos desagradáveis por que todos passamos diariamente, não entendo configurado, na hipótese, dano moral indenizável.

Ante o exposto, (1) **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido de repetição para condenar a requerida a restituir à autora a quantia de R\$ 157,88, atualizada desde o desembolso e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Nesse item a sucumbência é recíproca, inexistindo condenação em honorários advocatícios. (2) De outra parte, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito indenizatório. Arcará a autora com honorários advocatícios de 10% sobre o proveito econômico pretendido, observada a gratuidade concedida.

Caso haja interposição de recurso de apelação, viabilizada a apresentação de contrarrazões – de recurso adesivo, inclusive, subam os autos à Superior Instância com as cautelas de praxe e as homenagens do Juízo.

P.I.C. Oportunamente, arquivem-se os autos.

Ibaté, 26 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**